



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE  
PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO  
FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO – SEPLAG/APO

# ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prova de Verificação de Aprendizagem  
Curso de Formação Profissional  
Data e horário da prova: 17/1/2010 – 9h

## INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do **Chefe de Sala**:
  - Um **Caderno de Questões** da Prova de Verificação de Aprendizagem, contendo 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta.
  - Um **Cartão de Respostas** óptico personalizado.
- Ao ser autorizado o início da prova, o candidato deverá verificar se a numeração das questões, a paginação e a codificação do **Cartão** estão corretas.
- O candidato dispõe de 3 (três) horas para fazer a Prova de Verificação de Aprendizagem, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Esse tempo inclui a marcação do **Cartão de Respostas** óptico da Prova de Verificação de Aprendizagem.
- Ao candidato somente será permitido levar o **Caderno de Questões** após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **Cartão de Respostas** óptico e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, o candidato deve entregar ao **Chefe de Sala** o **Cartão de Respostas** óptico devidamente assinado.
- Se o candidato precisar de algum esclarecimento, deverá solicitar ao **Chefe de Sala**.
- O candidato deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. O candidato deverá desligar e entregar ao **Chefe de Sala** régua de cálculo, calculadora, agenda eletrônica, *palmtop*, *bip*, *pager*, *notebook*, telefone celular, gravador, máquina fotográfica, *walkman*, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, relógio, ou qualquer outro equipamento desse tipo e qualquer tipo de arma, mesmo que com porte autorizado.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.

## INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **Cartão de Respostas** óptico.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** óptico a alternativa que mais adequadamente a responde.
- A questão que tiver mais de uma resposta assinalada será considerada errada, mesmo que uma das assinalações esteja correta.
- O **Cartão de Respostas** óptico **NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **Cartão de Respostas** óptico é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente, conforme modelo a seguir:

Marque as respostas assim: ■

Realização:



PROVA APLICADA

### QUESTÃO 1

A ética é um componente de todas as culturas e foi vivenciada em todos os períodos da civilização humana. Na cultura grega, porém, a terminologia do *ethos* esteve vinculada ao termo *daimon*. A palavra *daimon* significa

- (A) demônio.
- (B) dínamo.
- (C) anjo bom.
- (D) diâmetro.
- (E) valor.

### QUESTÃO 2

Quanto à presunção de legitimidade do ato administrativo, afirma-se que

- (A) é absoluta.
- (B) é relativa.
- (C) não se admite prova em contrário.
- (D) *in dubio pro reo*.
- (E) é incontestável.

### QUESTÃO 3

Acerca da competência para a prática dos atos administrativos, em especial no que se refere à possibilidade de delegação, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É vedada a delegação quando se trata de matéria de competência exclusiva, de edição de ato normativo e de decisão de recurso administrativo.
- (B) A competência é imprescritível, ou seja, não se perde pelo seu não exercício durante certo período.
- (C) Admite-se a delegação por circunstâncias de índole técnica, jurídica, social, econômica ou territorial.
- (D) A delegação, quando realizada, deve ser parcial e temporária.
- (E) Seu exercício é uma faculdade, sendo decorrência do poder discricionário do agente competente.

### QUESTÃO 4

Quanto ao fundamento da organização dos poderes do Distrito Federal, em conformidade com a Lei Orgânica do DF, assinale a alternativa correta.

- (A) Entre os valores fundamentais do Distrito Federal, temos: a plena cidadania, o pluralismo político e o dever de preservar os interesses gerais e coletivos.
- (B) São objetivos prioritários do Distrito Federal, entre outros: garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos; promover o bem de todos e preservar a sua autonomia como unidade federativa.
- (C) O Distrito Federal integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil.
- (D) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa integram o rol de objetivos prioritários do Distrito Federal.
- (E) No elenco de valores fundamentais do Distrito Federal, consta a previsão de garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita a qualquer cidadão.

### QUESTÃO 5

A situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo é

- (A) a competência.
- (B) a finalidade.
- (C) o objeto.
- (D) o motivo.
- (E) a formalização.

### QUESTÃO 6

Em relação à administração pública do Distrito Federal, em consonância com a Lei Orgânica, leia os enunciados a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) A administração pública direta e indireta ou fundacional de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedecerá, entre outros princípios, aos de legalidade, impessoalidade, motivação, razoabilidade e interesse público.
- (B) As funções de confiança e os cargos em comissão serão exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (C) Os cargos e empregos públicos efetivos serão providos mediante concurso público, com destinação de 25% aos portadores de deficiência.
- (D) A contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público independe de lei.
- (E) Todo agente público, qualquer que seja sua categoria ou a natureza do cargo, emprego, função, é obrigado a fazer declaração anual de bens.

### QUESTÃO 7

A Lei Orgânica do Distrito Federal disciplina as normas pertinentes ao Poder Executivo. Nesse sentido, examine os enunciados a seguir e assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O Poder Executivo é exercido pelo governador do Distrito Federal, auxiliado pelos secretários de Estado.
- (B) Em caso de impedimento do governador e do vice-governador do Distrito Federal, ou de vacância dos respectivos cargos, no último biênio do período governamental, serão sucessivamente chamados para o seu exercício, em caráter definitivo no caso de vacância, o presidente da Câmara Legislativa, o vice-presidente da Câmara Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça.
- (C) Cabe ao vice-governador substituir o governador em sua ausência ou impedimento e suceder-lhe no caso de vaga.
- (D) Em caso de impedimento do governador e do vice-governador, ou de vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da chefia do Poder Executivo o presidente da Câmara Legislativa e o seu substituto legal.
- (E) O governador e o vice-governador do Distrito Federal tomarão posse em sessão da Câmara Legislativa, quando prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição Federal e a Lei Orgânica, observar as leis e promover o bem geral do povo do Distrito Federal.

### QUESTÃO 8

Não faz parte do módulo contabilidade

- (A) balancete contábil.
- (B) calendário de fechamento.
- (C) espelho contábil.
- (D) exclusão de documento.
- (E) diário.

### QUESTÃO 9

No SIAC, qual é a Unidade investida no poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização, e também é responsável pela contabilização de todos atos e fatos administrativos por delegação do órgão ao qual pertence?

- (A) Unidade gestora.
- (B) Unidade de caixa.
- (C) Unidade operacional.
- (D) Unidade orçamentária.
- (E) Unidade centralizadora.

### QUESTÃO 10

Não é área de atuação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal

- (A) Planejamento, gestão administrativa e de pessoal.
- (B) Orçamento e finanças.
- (C) Previdência.
- (D) Parceria público-privada.
- (E) Relações institucionais com a sociedade civil organizada.

### QUESTÃO 11

Em relação ao Plano Plurianual (PPA) do DF, é correto afirmar que

- (A) uma vez aprovado por lei, não pode ser modificado quanto ao conteúdo dos programas, no seu período de vigência.
- (B) nem todos seus programas resultam na oferta direta de bens ou serviços à sociedade.
- (C) especifica todas as despesas de capital a serem realizadas pelo governo federal durante seus 4 anos de vigência.
- (D) a gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá apenas o monitoramento e a avaliação de programas.
- (E) contém somente ações executadas com recursos orçamentários.

### QUESTÃO 12

A primeira etapa a ser observada na formulação de um Programa é

- (A) a definição do objetivo.
- (B) a construção dos indicadores.
- (C) a identificação do problema a ser enfrentado e a elaboração de um bom diagnóstico a respeito de suas causas.
- (D) a proposição das ações.
- (E) a definição dos recursos necessários a sua implementação.

### QUESTÃO 13

De acordo com a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, entende-se por Atividade

- (A) o instrumento de organização da ação governamental limitado no tempo.
- (B) o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público.
- (C) as despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo.
- (D) um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo.
- (E) as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente.

### QUESTÃO 14

Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os programas funcionam, também, como unidade de integração entre o planejamento e o orçamento.
- (B) O ciclo de gestão do Plano Plurianual compreende ainda a implementação dos programas, o monitoramento, a avaliação e revisão dos mesmos.
- (C) A gestão do Plano Plurianual deverá observar os princípios de eficiência, eficácia e efetividade.
- (D) O Projeto de Lei do Plano Plurianual deve ser encaminhado à Câmara Legislativa pelo Poder Executivo até o encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato do governador.
- (E) O Programa é um instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores estabelecidos no PPA, visando à solução de um problema.

### QUESTÃO 15

Assinale a alternativa **incorreta** em relação ao Plano Plurianual e considerando o que determina a Lei Orgânica do Distrito Federal.

- (A) O Plano Plurianual do Distrito Federal é o único instrumento de planejamento previsto para definição e implementação das ações do governo.
- (B) A lei que aprovar o Plano Plurianual deve ser compatível com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial.
- (C) O Plano Plurianual estabelecerá, por região administrativa, as diretrizes, objetivos e metas, quantificados física e financeiramente, da administração pública do Distrito Federal, no horizonte de quatro anos, para despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas a programas de duração continuada.
- (D) O Plano Plurianual será elaborado em consonância com o plano de desenvolvimento econômico e social, para o período de quatro anos, incluído o primeiro ano da administração subsequente.
- (E) O Plano Plurianual será elaborado com vistas ao desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, podendo ser revisto ou modificado quando necessário, mediante lei específica.

#### QUESTÃO 16

A base legal que estabelece a obrigatoriedade de elaboração da avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 é definida pela Lei n.º 4.007/2007, que aprovou o referido plano, a alterada pela Lei n.º 4.250/2008. De acordo com a legislação anteriormente citada, é correto afirmar que

- (A) o Poder Executivo encaminha anualmente à Câmara Legislativa a avaliação do Plano Plurianual, a qual é constituída de duas etapas, sendo a primeira enviada até 15 de abril do exercício subsequente, composta pelo Demonstrativo de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Governo e a análise do Cenário Macroeconômico, e a segunda etapa enviada até 30 de junho, contendo o Relatório de Indicadores de Desempenho dos Programas.
- (B) o Poder Executivo encaminha anualmente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal a avaliação do Plano Plurianual, a qual é constituída de duas etapas, sendo a primeira enviada até 01 de abril do exercício subsequente, juntamente com a Prestação de Contas Anual do Governador, composta pelo Demonstrativo de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Governo e pelo Relatório Anual de Atividades, e a segunda etapa enviada até 30 de junho, contendo o Relatório de Indicadores de Desempenho dos Programas.
- (C) o Poder Executivo encaminha anualmente à Procuradoria Geral do Distrito Federal a avaliação do Plano Plurianual, a qual é constituída de duas etapas, sendo a primeira enviada até 01 de abril do exercício subsequente, juntamente com a Prestação de Contas Anual do Governador, composta pelo Demonstrativo de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Governo e a análise do Cenário Macroeconômico, e a segunda etapa enviada até 30 de junho, contendo o Relatório de Indicadores de Desempenho dos Programas.
- (D) o Poder Executivo encaminha anualmente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal a avaliação do Plano Plurianual, a qual é constituída de duas etapas, sendo a primeira enviada até 01 de abril do exercício subsequente, juntamente com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, composta pelo Demonstrativo de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Governo e a análise do Cenário Macroeconômico, e a segunda etapa enviada até 15 de setembro, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual, contendo o Relatório Anual de Atividades.
- (E) o Poder Executivo encaminha anualmente ao Poder Judiciário a avaliação do Plano Plurianual, a qual é constituída de duas etapas, sendo a primeira enviada até 01 de abril do exercício subsequente, composta pelo Relatório Anual de Atividades e a análise do Cenário Macroeconômico, e a segunda etapa enviada até 30 de junho, contendo o Relatório de Indicadores de Desempenho dos Programas.

#### QUESTÃO 17

Com relação à evolução do emprego no Distrito Federal durante os últimos cinco anos, comparando-se os segmentos de assalariados no setor privado e no setor público, é correto afirmar que

- (A) o número de assalariados no setor privado aumentou menos que o de assalariados no setor público.
- (B) o rendimento médio real dos assalariados no setor privado aumentou mais que o dos assalariados no setor público.
- (C) o número de assalariados no setor privado aumentou na mesma proporção verificada no setor público.
- (D) o rendimento médio real dos assalariados no setor público aumentou bem mais que o dos assalariados no setor privado.
- (E) o número de assalariados no setor público permaneceu praticamente inalterado, em razão de que as novas contratações para cargos efetivos nas esferas distrital e federal destinaram-se apenas a preencher vagas abertas por aposentadoria.

#### QUESTÃO 18

Em relação ao acompanhamento das ações do Governo, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando os créditos disponíveis em um determinado subtítulo não forem suficientes para a execução de todas as etapas previstas, a unidade orçamentária deverá solicitar as alterações de crédito. Esse procedimento evita diversos problemas no acompanhamento das etapas.
- (B) Quando os créditos disponíveis em um determinado subtítulo não forem suficientes, as etapas cadastradas e não iniciadas devem ser obrigatoriamente canceladas, pois não há possibilidade de alteração de crédito.
- (C) Quando os créditos disponíveis em um determinado subtítulo não forem suficientes para a execução de todas as etapas, a unidade orçamentária está autorizada a empenhar a despesa em qualquer subtítulo da sua programação, sem prejuízo para o acompanhamento.
- (D) As alterações de crédito ocorridas na programação de uma unidade orçamentária não possuem qualquer relação com as etapas previstas no Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG).
- (E) Na falta de crédito suficiente para executar todas as etapas de um determinado subtítulo, a Câmara Legislativa poderá empenhar valores em outro subtítulo cujo objetivo é distinto daquele proposto para a obra ou o serviço que se deseja executar, visto que a programação orçamentária do Poder Legislativo não é acompanhada pelo Poder Executivo, no Sistema de Acompanhamento Governamental.

### QUESTÃO 19

Em relação ao Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG), assinale a alternativa correta.

- (A) Somente os subtítulos referentes a obras precisam ter etapas cadastradas no SAG.
- (B) Para os subtítulos provenientes de emenda parlamentar não é feito o cadastramento de etapas no SAG.
- (C) Para cada subtítulo constante da lei orçamentária, deve-se cadastrar pelo menos uma etapa no SAG.
- (D) Somente as ações orçamentárias do tipo atividade poderão ter etapas no SAG que ultrapassem um exercício financeiro, pois todas as ações do tipo projeto, incluídas na Lei Orçamentária Anual, devem ser iniciadas e concluídas no mesmo exercício.
- (E) No campo de etapas realizadas do SAG, a unidade orçamentária deve informar exclusivamente as realizações do bimestre, não sendo permitida a apresentação de dados acumulados de bimestres anteriores.

### QUESTÃO 20

Em relação ao acompanhamento das ações do governo, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A publicação do relatório físico-financeiro ocorre somente uma vez ao ano, no final do exercício financeiro.
- (B) Compete às Unidades Orçamentárias registrar no Sistema de Acompanhamento Governamental, a cada bimestre, as informações atualizadas relativas às realizações ocorridas à conta dos subtítulos aprovados na Lei Orçamentária Anual.
- (C) O Poder Executivo publica, até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, relatório de desempenho físico-financeiro, extraído com base nas informações do Sistema de Acompanhamento Governamental.
- (D) As informações contidas nos relatórios de acompanhamento, além de cumprir a exigência legal de dar publicidade às ações executadas pelo governo, são de extrema importância para subsidiar os instrumentos de prestação de contas.
- (E) A Lei Orgânica do Distrito Federal estabelece a obrigatoriedade de publicação bimestral de relatório de desempenho físico-financeiro.

### QUESTÃO 21

Em relação ao acompanhamento das ações de governo no Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG), assinale a alternativa correta.

- (A) Somente o titular da unidade orçamentária pode obter perfil adequado para realizar as atualizações das etapas no SAG.
- (B) As informações cadastradas no Sistema não têm caráter oficial e não podem ser utilizadas para divulgação e atendimento a determinações legais.
- (C) No âmbito do Distrito Federal, a rotatividade de servidores autorizados a atualizar o SAG não interfere no acompanhamento das etapas e na qualidade da informação apresentada nos relatórios publicados, pois esse fato é isolado e ocorre com frequência muito pequena.
- (D) A definição das etapas que serão executadas por todas as unidades orçamentárias ao longo do exercício é feita exclusivamente pela Secretaria de Planejamento e Gestão.
- (E) O servidor responsável pela coleta das informações junto à unidade orçamentária e pelo registro e atualização no SAG é denominado Agente de Planejamento.

### QUESTÃO 22

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi uma inovação prevista no art. 165 da Constituição Federal de 1988. Acerca dessa lei, é correto afirmar que

- (A) a União deverá elaborar anualmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias, fixando as prioridades e metas que todos os entes federativos deverão observar quando da elaboração de suas leis orçamentárias anuais.
- (B) os municípios e os estados também deverão elaborar anualmente a LDO, de acordo com o que dispuser as Leis Orgânicas ou as Constituições Estaduais e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000).
- (C) o governador do Distrito Federal é dispensado de apresentar o projeto de LDO à Câmara Legislativa do Distrito Federal, por receber parcela significativa de seus recursos da União já direcionados ao pagamento de pessoal do Judiciário e do Ministério Público do Distrito Federal, conforme preceitua o art. 21 da Constituição Federal.
- (D) cabe à LDO direcionar a elaboração do Plano Plurianual (PPA), principalmente no que se refere aos investimentos públicos.
- (E) sua principal finalidade é garantir que todas as obras públicas previstas no PPA sejam finalizadas em quatro anos, ou seja, no período de vigência do PPA.

### QUESTÃO 23

Quanto a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, alteração de estrutura de carreiras e hora extra, bem como admissão de pessoal, a qualquer título, por órgãos e entidades da administração direta, indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, e empresas estatais dependentes, de acordo com o art. 44 da Lei de Diretrizes Orçamentária do Distrito Federal (LDO/DF) para 2010 (Lei Distrital n.º 4.386, de 5 de agosto de 2009), assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Deverão ser observados os limites da despesa total com pessoal fixados para os estados.
- (B) Poderão ser alocados recursos para proceder à revisão geral da remuneração dos servidores públicos do DF, desde que respeitados os limites estabelecidos pela LRF.
- (C) Os atos administrativos autorizando vantagens, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, da Secretaria de Estado de Fazenda e da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.
- (D) As despesas de pessoal autorizadas a sofrerem acréscimo constarão de anexo a esta lei e à lei orçamentária anual, especificadas por Poder e Órgão, contendo, também, as estimativas de força de trabalho e despesas correspondentes.
- (E) A Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Tribunal de Contas do Distrito Federal não necessitam cumprir as regras do artigo citado por terem independência para aumentar os gastos de pessoal, considerando que a eles não se aplicam os limites de despesas de pessoal fixados na LRF.

#### QUESTÃO 24

Na hipótese de o projeto de lei orçamentária anual não ter sido convertido em lei até 31 de dezembro de 2009, é correto afirmar que

- (A) não há previsão legal que permita a execução de qualquer tipo de despesa, nem mesmo das de pessoal.
- (B) poderão ser pagas as despesas consideradas emergenciais pelo governo.
- (C) somente poderão ser pagas as despesas de investimento, sob pena de o Estado ter que arcar com prejuízos decorrentes da paralisação de obras públicas.
- (D) a programação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), como regra geral, poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação.
- (E) o poder executivo poderá executar sua programação orçamentária conforme previsto no PLOA e o Legislativo, que deu causa ao atraso, fica impedido de fazer qualquer tipo de despesa.

#### QUESTÃO 25

Assinale a alternativa que **não** corresponde a um anexo da LDO.

- (A) Anexo de Riscos Fiscais.
- (B) Anexo de Metas Fiscais.
- (C) Anexo das Despesas Obrigatórias de Caráter Constitucional ou Legal.
- (D) Anexo de Metas e Prioridades.
- (E) Anexo de Passivos Contingentes.

#### QUESTÃO 26

O Anexo de Metas Fiscais da LDO deverá conter

- (A) apenas a meta de resultado nominal a ser atingida no exercício financeiro.
- (B) os passivos contingentes e demais riscos capazes de afetar as contas públicas pelos próximos três anos.
- (C) metas de receita, despesa, resultado primário, resultado nominal e endividamento público, para o exercício a que se referir a LDO e para os dois seguintes.
- (D) a evolução da dívida pública e a receita que a financia, em especial quando há emissão de títulos do Tesouro Nacional.
- (E) os ativos contingentes que deverão ser passíveis de ações judiciais para recuperação de créditos orçamentários.

#### QUESTÃO 27

O instrumento legal que obriga os três entes da federação a incluírem em suas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias a meta de resultado primário e nominal é a

- (A) Lei Orçamentária Anual.
- (B) Lei 4.320, de 17/3/1964.
- (C) Portaria Interministerial n.º 163, de 4/5/2001.
- (D) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### QUESTÃO 28

A Meta de Resultado Primário é fixada em função de

- (A) taxa de juros.
- (B) montante de receitas.
- (C) nível da dívida líquida.
- (D) montante de despesas.
- (E) taxa de inflação.

#### QUESTÃO 29

São exemplos de receitas e despesas primárias

- (A) impostos, contribuições sociais, financiamentos agrícolas.
- (B) impostos, contribuições sociais, despesas com pessoal e encargos sociais.
- (C) operações de créditos contraídas, financiamentos agrícolas, despesas com pessoal e encargos sociais.
- (D) operações de créditos contraídas, contribuições sociais, financiamentos agrícolas.
- (E) impostos, operações de créditos contraídas, despesas com pessoal e encargos sociais.

#### QUESTÃO 30

O princípio orçamentário que obriga que a estimativa de receita e a fixação da despesa limitem-se a período definido de tempo, chamado de exercício, é o princípio da

- (A) especificação.
- (B) unidade.
- (C) exclusividade.
- (D) anualidade.
- (E) orçamento bruto.

#### QUESTÃO 31

A utilização da modalidade de aplicação 91, na composição da natureza da despesa, gera em contrapartida uma receita intraorçamentária, cuja finalidade principal é possibilitar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MFAZ eliminar, quando da consolidação das contas nacionais, as duplas contagens incluídas nos Orçamentos da União, dos estados, Distrito Federal e municípios. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a receita intraorçamentária decorre da emissão de nota de empenho entre órgãos de um mesmo Ente, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social, a partir da utilização da modalidade de aplicação “91” na natureza da despesa do respectivo empenho realizado.
- (B) a receita intraorçamentária decorre da aplicação direta entre órgãos constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e as empresas estatais, integrantes dos orçamentos de investimento e dispêndio.
- (C) ocorre quando há a descentralização de recursos entre órgãos dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- (D) esse procedimento ocorre quando há a aquisição de bens tangíveis pelos órgãos do Poder Executivo.
- (E) a natureza da receita intraorçamentária não se modifica em relação à classificação original.

### QUESTÃO 32

A finalidade do identificador de uso (IDUSO) na composição da dotação orçamentária é de

- (A) identificar os programas de trabalho que contenham transferências constitucionais.
- (B) resgatar a credibilidade dos investidores no Estado quanto aos recursos repassados para aplicação em investimentos necessários ao atendimento dos anseios da sociedade.
- (C) associar e assegurar os recursos definidos como contrapartida de convênios (fontes de recursos 132 e 232), operações de crédito interna e externa (fontes 135 e 136), ou por outro tipo de pacto.
- (D) identificar, no plano de contas, as receitas que se apresentam como de operações de crédito.
- (E) limitar as contrapartidas ao efetivo ingresso das receitas.

### QUESTÃO 33

Segundo o que dispõe a Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163 de 4.5.2001, na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à natureza, deverá ser feita

- (A) obrigatoriamente por subelemento da despesa.
- (B) somente por categoria econômica e grupo de despesa.
- (C) somente por categoria econômica.
- (D) por categoria econômica e grupo de despesa.
- (E) no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

### QUESTÃO 34

O percentual do limite prudencial estabelecido para o Poder Executivo Estadual, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, – é de

- (A) 2,5%.
- (B) 3%.
- (C) 40,9%.
- (D) 46,55%.
- (E) 49%.

### QUESTÃO 35

Acerca da projeção de despesas, assinale a alternativa correta.

- (A) A projeção das despesas de custeio é elaborada pela subsecretaria de pessoas.
- (B) A projeção das despesas de investimentos é elaborada pela subsecretaria de pessoas.
- (C) A projeção das despesas de pessoal é elaborada pela subsecretaria de planejamento e gestão.
- (D) A projeção das despesas de pessoal é elaborada pela subsecretaria do tesouro.
- (E) A projeção das despesas de pessoal é elaborada pela subsecretaria de pessoas.

### QUESTÃO 36

As atividades de planejamento, de orçamento, de administração financeira e contábil do Governo do Distrito Federal têm como fonte principal de execução o Sistema

- (A) SIAFI.
- (B) SIAFEM.
- (C) SIGGO.
- (D) GOVDF.
- (E) DETACONTA.

### QUESTÃO 37

Com relação aos créditos adicionais, é correto dizer que a sua elaboração se dá no módulo de

- (A) Planos Plurianuais do Governo.
- (B) Elaboração e Execução do Orçamento.
- (C) Administração Financeira e Contábil.
- (D) Planejamento e Ações do Governo.
- (E) Regulamentação Orçamentária.

### QUESTÃO 38

Com relação ao detalhamento da Nota de Crédito Adicional, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Deve conter o bloqueio e o contingenciamento de recursos.
- (B) Deve indicar o cancelamento e(ou) suplementação.
- (C) Deve conter a classificação funcional e a estrutura programática.
- (D) Deve conter a natureza da despesa, a fonte, o identificador de uso e o valor.
- (E) Deve conter as informações necessárias ao atendimento do pleito.

### QUESTÃO 39

As Notas de Crédito Adicional são classificadas de acordo com os tipos de créditos constantes da Tabela de Apoio para abertura de créditos adicionais. Esse procedimento é exclusivo do órgão central de planejamento e orçamento. Assinale a alternativa que apresenta o início do procedimento de classificação a que esse enunciado se refere.

- (A) Contingenciamento.
- (B) Bloqueio para financiamento do crédito.
- (C) Disponibilidade.
- (D) Descentralização.
- (E) Transposição.

### QUESTÃO 40

Com relação às vedações constitucionais, art. 167, é correto afirmar que

- (A) é possível a abertura de crédito suplementar ou especial, sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos.
- (B) não é possível a abertura de crédito suplementar ou especial, sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos.
- (C) é possível a abertura de crédito suplementar ou especial somente por decreto.
- (D) é possível a abertura de crédito suplementar ou especial somente por projeto de lei.
- (E) não é possível a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos.

PROVA APLICADA

RASCUNHO

PROVA APLICADA

PROVA APLICADA

PROVA APLICADA